

MASSA FALIDA PROVECTUM ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA
Art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005



CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 / (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 / (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ.

Dra. Daniela Palazzo Chede Bedin

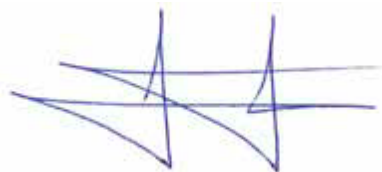
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado, versando sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência da empresa **Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli**, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, em consonância ao art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005. O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (outubro de 2020).

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações financeiras contidas nos **Autos nº 0007528-23.2017.8.16.0017**, prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda, da análise da movimentação processual. Baseiam-se ainda nas diligências realizadas por esta Administradora Judicial, no sentido de obter maior precisão e segurança quanto as informações contidas neste relatório.

O referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de falência. Este relatório e demais documentos relacionados ao presente feito falimentar estão disponíveis para consulta no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 05 de outubro de 2020.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE PROCESSUAL	7
3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA	11
4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)	13
5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA	15
6. DO ATIVO DA MASSA FALIDA	17
7. DO PASSIVO DA MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)	19
8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO	21
9. DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS	27
10. CRONOGRAMA PROCESSUAL	43
11. GLOSSÁRIO	45
12. ANEXOS	47

1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Síntese Processual	Trata-se de pedido de falência proposto por Postubos Indústria e Comércio de Peças de Concreto LTDA em face de Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli, cuja ação foi distribuída em 05/04/2017, com base no art. 94, I da LFRJ, e julgada procedente com a consequente decretação de quebra em 29/04/2020.
Das Causas e Circunstâncias da Falência	As análises neste sentido restaram prejudicadas face a ausência dos livros e informações contábeis da sociedade empresária falida, motivo pelo qual se desconhece o que levou à derrocada.
Do Procedimento do Devedor	Até o momento a sociedade empresária Falida não se manifestou nos autos, nem mesmo na fase cognitiva da falência. Após a decretação da quebra também não foram realizados quaisquer esclarecimentos e/ou documentos requeridos.
Dos Atos da Administração da Massa Falida	Até o momento a Administradora Judicial tem realizado diligências no sentido de assumir a representação da Massa Falida nas lides a qual faz parte, bem como está promovendo localização de bens passíveis de arrecadação junto ao juízo falimentar.
Do Ativo da Massa Falida	Até o presente momento, ainda não houve arrecadação de qualquer ativo no processo falimentar, contudo, é de conhecimento desta Administradora Judicial a existência de bens imóveis localizados em outros juízos, e participação societária junto a empresa IBY - INVESTIMENTOS EM ATIVOS LTDA, motivo pelo qual diligências estão sendo realizadas no sentido de arrecadar tais bens junto ao juízo universal.
Do Passivo da Massa Falida	Até o momento ainda não é possível mensurar o passivo da Massa Falida, haja vista que a mesma ainda não apresentou relação de credores, entretanto, haja vista as inúmeras lides em que a Massa Falida figura no polo passivo, é certo que o montante é deveras expressivo.
Das Ações em Andamento	Foram realizadas consultas no sistema Projudi-PR, TRT da 9ª Região e Eproc da Justiça Federal da 4ª Região, nos quais foram encontrados inúmeros processos preponderantemente em desfavor da Massa Falida.
Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios	A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, estes últimos primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis que se demonstram indispensáveis para os exames da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.

Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Dos Indícios de Grupo Econômico	São eminentes os indícios da existência de Grupo Econômico entre a Massa Falida e outras empresas, desta forma faz-se necessário a abertura de incidente processual para apuração dos fatos e indícios aqui delineados, o que poderá culminar na extensão dos efeitos falimentares a todas as empresas.
Cronograma Processual	O processo falimentar se encontra na fase de sindicância, momento o qual busca-se arrecadações de bens, apuração dos fatos que levaram à bancarrota da sociedade empresária e mensuração do passivo da Massa Falida subjetiva.

2. SÍNTESE PROCESSUAL

2.1 DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA–CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES
2.2 DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NA LEI 11.101/2005



Síntese Processual

Trata-se de pedido de falência proposto por Postubos Indústria e Comércio de Peças de Concreto LTDA em face de Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli, cuja ação foi distribuída em 05/04/2017, com base no art. 94, I da LFRJ, e julgada procedente com a consequente decretação de quebra em 29/04/2020.

2. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de pedido de falência intentado por **POSTUBOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS DE CONCRETO LTDA, em face de PROVECTUM ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 79.111.753/0001-24, cuja ação foi distribuída em 05/04/2017, na qual a Requerente alega ser credora da empresa Requerida, em razão de valores não pagos no importe de R\$ 121.576,50 (**cento e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos**), o qual é representado pela duplicata de número 148/16.

Ato subsequente, este Douto Magistrado proferiu despacho ao mov. 12.1, determinando a intimação da parte Requerente a fim de que emendasse a inicial, colacionando o título executivo que motivou a presente demanda, bem como, exibir o instrumento de protesto específico para fins falimentares, nos termos dispostos no art. 94, §3º, da Lei 11.101/2005.

Desta forma, a Requerente colacionou aos autos o título executivo que ensejou a presente ação falimentar ao mov. 15, anexando ainda notas fiscais que comprovam os negócios jurídicos que deram origem à duplicata em comento. Ainda, discorreu pela desnecessidade de realização de protesto falimentar, uma vez que o protesto cambiário pode ser considerado como válido para a regular tramitação do presente feito. Deste modo, o Excelentíssimo Magistrado admitiu a emenda à inicial no mov. 18.1.

Adiante, a Requerida foi devidamente citada em 19/09/2017 (mov. 37.1) deixando transcorrer *in albis* o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de contestação, conforme atesta a certidão juntada ao mov. 39.1. Não obstante, o Ilmo. Representante do Ministério Público apresentou seu parecer ao mov. 55.1, elucidando que o presente pedido falimentar cumpre com os requisitos dispostos no art. 94, inciso I, da Lei 11.101/2005, entendendo cabível o cumprimento ao art. 99 e art. 104 da LFRJ.

Após intimada, a Requerente reiterou o pedido de procedência do presente feito (mov. 61.1), juntando ainda comprovante de recolhimento das custas relativas à diligência do Oficial de Justiça, a fim de que o representante legal da Requerida fosse intimado pessoalmente por meio de oficial de justiça. Desse modo, tal ato fora devidamente cumprido e a devedora intimada na pessoa de Álvaro Pereira da Silva (mov. 67), todavia, o prazo transcorreu novamente, sem que houvesse manifestação da parte, nos termos certificados ao mov. 70.1.

Nesse interim, o Excelentíssimo Magistrado proferiu despacho ao mov. 90.1, no qual depreende que a Requerente deixou de apresentar o título executivo que deu azo ao pedido falimentar em tela, bem como, não colacionou a comprovação de envio da duplicata ao devedor, exibindo apenas boletos e notas fiscais que aludem ao referido título, mas que não são aptos a cumprir o disposto no art. 94, §3º da LFRJ. Frente a tal despacho, a Requerente suscitou que, além de já estar pacificado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da desnecessidade de realização do protesto específico para fins falimentares, mesmo após citada e intimada, a Requerida permaneceu inerte, corroborando com a alegação de que o título que ensejou a presente ação falimentar nunca fora pago.

Ex positis, o MM Juiz proferiu sentença no mov. 104.1, julgando a ação improcedente sem resolução de mérito por não vislumbrar o preenchimento dos pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, tendo em vista que a parte Requerente realizou o protesto do título executivo na modalidade “por indicação”, não apresentando nos autos o respectivo título ou justificativa de impossibilidade da realização de tal ato, como também, não comprovou o envio da duplicata à devedora, acarretando na ausência de preenchimento dos pressupostos autorizadores relativos ao deferimento do processo falimentar, em consonância com o que dispõe o art. 94, §3º, da Lei 11.101/2005.

Ato subsequente, a parte Requerente interpôs recurso de Apelação (mov. 108.1) com a finalidade de reformar a sentença proferida pelo Juízo a quo, não tendo a parte Apelada apresentado contrarrazões. Destarte, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná entendeu pela procedência do Recurso, reconhecendo a satisfação dos requisitos necessários para o prosseguimento do feito, estando apto para a análise do mérito.

Síntese Processual

Trata-se de pedido de falência proposto por Postubos Indústria e Comércio de Peças de Concreto LTDA em face de Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli, cuja ação foi distribuída em 05/04/2017, com base no art. 94, I da LFRJ, e julgada procedente com a consequente decretação de quebra em 29/04/2020.

Em razão disso, os autos retornaram ao Juízo de primeiro grau, onde este deu prosseguimento à lide, prolatando sentença ao mov. 149.1, decretando a falência da empresa Requerida.

2.1 DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA – CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

Na sentença de decretação da falência acostada ao mov. 149.1, foram determinadas, dentre outras, as seguintes diligências:

a) TERMO LEGAL DA FALÊNCIA: Fixado no 90º dia antecedente à distribuição da presente demanda, que por sua vez se deu em 05/04/2017 (mov. 3.3);

b) INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA FALIDA PARA APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO DE CREDORES: A r. decisão determinou ainda a intimação da falida para a apresentação da relação de credores da empresa, nos moldes do art. 99, inciso III, da Lei 11.101/2005.

c) HABILITAÇÃO DE CRÉDITO: Fora concedido o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital que trata o art. 99, parágrafo único da Lei 11.101/2005, para que os credores apresentem suas habilitações e divergências de créditos;

d) SUSPENSÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS: O Douto Magistrado determinou também que todas as ações ou execuções contra a Falida fossem suspensas, exceto aquelas que tiverem por objeto obrigação por quantia ilíquida;

e) NOMEAÇÃO DO SÍNDICO DA MASSA FALIDA: Referida sentença nomeou para o cargo de Administrador Judicial o presente peticionante, Dr. Márcio Roberto Marques, o qual aceitou ao múnus ao mov. 165.1, requerendo a transferência da nomeação e expedição do Termo de Compromisso em nome de sua pessoa jurídica especializada em administração judicial, qual seja, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia;

f) DISPOSIÇÃO DE BENS: Destarte, o Excelentíssimo Magistrado ordenou a proibição de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do Falido;

g) LACRAÇÃO DA EMPRESA FALIDA: Na decisão em comento, o Excelentíssimo Magistrado deixou de aplicar a medida de lacração da Falida tendo em vista que está deixou de exercer suas atividades em endereço conhecido, conforme fora constatado nos autos.

h) PROVIDÊNCIAS PELA ESCRIVANIA: Por fim, foi determinado pelo Douto Magistrado que a escritania procedesse com as demais diligências necessárias previstas pelo art. 99 da Lei 11.101/2005, bem como determinou que a Administradora Judicial promovesse a arrecadação de bens da Massa Falida.

Síntese Processual

Trata-se de pedido de falência proposto por Postubos Indústria e Comércio de Peças de Concreto LTDA em face de Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli, cuja ação foi distribuída em 05/04/2017, com base no art. 94, I da LFRJ, e julgada procedente com a consequente decretação de quebra em 29/04/2020.

2.2. DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NA LEI 11.101/2005

Compulsando os autos, constata-se que **até o presente momento não foram expedidos editais**, nada obstante a sentença determinar a publicação que trata o art. 99, § único da LFRJ, a Falida não apresentou até o presente momento sua relação de credores, razão pela qual aguarda sua intimação para o cumprimento da determinação judicial, para que possibilite a publicação do edital nos moldes da legislação vigente.



3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.3 COLABORADORES

Das Causas e Circunstâncias da Falência

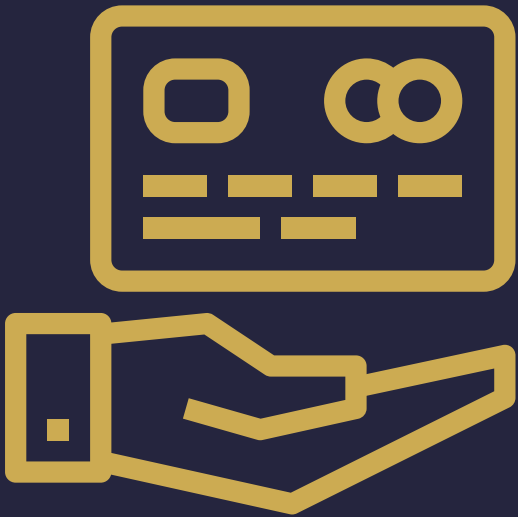
As análises neste sentido restaram prejudicadas face a ausência dos livros e informações contábeis da sociedade empresária falida, motivo pelo qual se desconhece o que levou à derrocada.

3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

Até o presente momento a Falida não se manifestou nos autos, razão pela qual se desconhece os motivos a priori que levaram a sociedade empresária a derrocada. Entretanto, em pesquisas realizadas por esta Administradora Judicial, foi evidenciado que a Falida possui uma enorme gama de processos na seara cível e trabalhista, razão pela qual se presume que a quebra veio a ser causada por crises financeiras que levaram a inviabilização da manutenção da atividade empresarial.

Fonte: Ademir Aparecido Ribeiro Doceria ME – 2017 a 2020 (até 31/07/2020).2020 (até 31/07/2020).

4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)



Do Procedimento do Devedor

Até o momento a sociedade empresária Falida não se manifestou nos autos, nem mesmo na fase cognitiva da falência. Após a decretação da quebra também não foram quaisquer esclarecimentos e/ou documentos requeridos.

4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

Em análise aos autos falimentares, evidencia-se que a Falida nunca se manifestou ou apresentou quaisquer informações contábeis ou financeiras nos autos que elucidassem sua derrocada ao estado falimentar, nada obstante ter sido citada para apresentar defesa, conforme aviso de recebimento acostado ao mov. 37, o prazo decorreu *in albis* consoante certidão de decurso de prazo lavrada ao mov. 39, razão pela qual resta prejudicada quaisquer análises neste sentido por esta Administradora Judicial no presente momento.



5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Dos Atos da Administração da Massa Falida

Até o momento a Administradora Judicial tem realizado diligências no sentido de assumir a representação da Massa Falida nas lides a qual faz parte, bem como está promovendo localização de bens passíveis de arrecadação junto ao juízo falimentar.

5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Na sentença de quebra do devedor ao mov. 149.1, fora nomeado esta Administradora Judicial que subscreve o presente Relatório Circunstanciado para desempenhar o *múnus*, sendo que até o momento tem realizado diligências no sentido de sanear o processo, a fim de torna-lo ágil, tendo já assinado seu competente termo de compromisso e promovido análise e defesa dos interesses da massa falida em processos trabalhistas em que a mesma figura no polo passivo.

Ademais, a Administradora Judicial também já está assumindo a representação da massa falida nos processos em que se averigua a existência de bens e que a mesma figura o polo passivo, em sintonia ao art. 76, § único da LFRJ.

Fonte: Informações obtidas com o Requerente

6. DO ATIVO DA MASSA FALIDA

- 6.1 DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO
- 6.2 DA AVALIAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO
- 6.3 DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO



Do Ativo da Massa Falida

Até o presente ainda não houve arrecadação de qualquer ativo no processo falimentar, contudo, é de conhecimento desta Administradora Judicial a existência de bens imóveis localizados em outros juízos, e participação societária junto a empresa IBY - INVESTIMENTOS EM ATIVOS LTDA, motivo pelo qual diligências estão sendo realizadas no sentido de arrecadar tais bens junto ao juízo universal.

6.1 DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO

Quanto ao **ATIVO** pertencente a massa falida, constatou-se que até o presente não foram arrecadados quaisquer bens, haja vista não ocorrer a indicação dos mesmos no processo falimentar, entretanto, no que diz respeito aos bens passíveis de arrecadação, em diligências realizadas por esta Administradora Judicial foram encontrados diversos bens registrados em nome da Falida, primordialmente nas reclamações trabalhistas movidas contra a Massa Falida.

Esta Administradora Judicial pontua ainda, que existem dezenas de bens imóveis passíveis de arrecadação localizadas no Município de Florai/PR, o qual compõem o Residencial Sergio Fabril, conforme resta elucidado de forma pormenorizada na Certidão da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) – anexo –, obtida na Reclamação Trabalhista nº 0001561-10.2016.5.09.0459, em trâmite perante a Vara do Trabalho de Bandeirantes/PR, emitida em 16/07/2018.

Nesta esteira, importante destacar que por conta da maioria dos processos movidos em face da Massa Falida já estarem em fase de execução/cumprimento de sentença, alguns bens já foram adjudicados em juízos trabalhistas, no período compreendido após o termo legal e antes da decretação da falência, conforme se evidencia pela Declaração Sobre Operações Imobiliárias anexada ao mov. 198.4 dos autos, o que prejudica sua arrecadação. Entretanto, esta Administradora Judicial tem realizado diligências no sentido de buscar todos os **bens passíveis** de arrecadação a fim de que estes sejam liquidados neste juízo, para que, ato contínuo, sejam satisfeitos os créditos de todos os credores, em sintonia ao princípio do *par conditio creditorum* e da *vis attractiva* do juízo falimentar.

Outrossim, esta Administradora Judicial também identificou a existência de participação societária da Massa Falida na empresa “IBY - INVESTIMENTOS EM ATIVOS LTDA”, inscrita no CNPJ nº 26.791.482/0001-39, conforme Quadro Societário obtido junto ao site da Receita Federal, razão pela qual faz-se necessário acesso ao contrato social e alterações da referida empresa afim de que as cotas da Falida sejam liquidadas e o montante integre o conjunto de bens da massa falida.

Ademais, também foram identificados **3 (três) processos de ações revisionais em que a Massa Falida é credora em que já existem ou pode vir a existir quantias a receber**, sendo a primeira autuada sob o nº **0008459-26.2017.8.16.0017**, em trâmite na 1ª Vara Cível de Maringá-PR, em fase de cumprimento de sentença, a segunda autuada sob o nº **0011483-62.2017.8.16.0017**, em fase de liquidação de sentença, em trâmite na 3ª Vara Cível de Maringá-PR, e a terceira autuada sob o nº **0025353-09.2019.8.16.0017**, em fase de cognição em trâmite na 2ª Vara Cível de Maringá-PR, ações nas quais esta Administradora Judicial já está promovendo a regularização de representação processual da massa falida, no intento de recebimento de seus créditos.

6.2 DA AVALIAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Tendo em vista que não houve arrecadação de quaisquer bens no presente momento, também não fora realizada a avaliação de ativos.

6.3 DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Cumprido salientar que até o presente momento não houve a realização do ativo nos presentes autos, eis que ainda pende a arrecadação dos bens pertencentes à massa falida.

7. DO PASSIVO DA MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDITORES)



Do Passivo da Massa Falida

Até o momento ainda não é possível mensurar o passivo da Massa Falida, haja vista que a mesma ainda não apresentou relação de credores.

7. DO PASSIVO DA MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)

Quanto ao **PASSIVO** da falida, cumpre-se informar que a mesma não apresentou sua Relação de Credores nos autos, restando prejudicada a mensuração de seu passivo no presente momento. Não obstante, caso tal determinação judicial não seja cumprida pelo sócio da Falida, esta Administradora Judicial promoverá a elaboração de relação nominal de credores precária, com os dados obtidos nos presentes autos, possibilitando, assim, a regular continuidade do processo.

8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO



Das Ações em Andamento

Foram realizadas consultas no sistema Projudi-PR, TRT da 9ª Região e Eproc da Justiça Federal da 4ª Região, nos quais foram encontrados inúmeros processos preponderantemente em desfavor da Massa Falida.

8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

Com base nas informações constantes nestes autos, bem como nas consultas realizadas no sistema Projudi do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por esta Administradora Judicial, foram constatadas as seguintes ações em andamento:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU
Falência	0007528-23.2017.8.16.0017	7ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Postubos Indústria e Comércio de Peças de Concreto Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação Civil Pública	0000048-43.2006.8.16.0190	1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá	Maringá/PR	Cia de Saneamento do Paraná; Ministério Público do Estado do Paraná; e Município de Maringá/PR	Alinor Rodrigues Júnior; Álvaro Pereira da Silva; Marcus Vinicius Rosa Mildemberger; e Provectum Engenharia e Empreendimentos
Ação de Arresto	0028064-89.2016.8.16.0017	4ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Eletroluz Materiais Elétricos Ltda	CCP Engenharia de Obras; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0028508-5.2016.8.16.0017	7ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Vinicolor Indústria e Comércio de Tintas, Textura e Grafiato Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0001712-60.2017.8.16.0017	2ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Auto Posto Monalisa Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0002626-27.2017.8.16.0017	1ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Terraplanagem Tatu Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Cumprimento de Sentença	0002632-34.2017.8.16.0017	5ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Terraplanagem Tatu Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Cumprimento de Sentença	0005835-98.2017.8.16.0018	2º Juizado Especial Cível de Maringá	Maringá/PR	Tanques Alvorada Ltda – ME	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Cumprimento de Sentença	0000654-20.2017.8.16.0050	Juizado Especial Cível de Bandeirantes	Bandeirantes/PR	Lucélia Antunes Reis Duarte	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0006664-79.2017.8.16.00018	3º Juizado Especial Cível de Maringá	Maringá/PR	David Ribeiro de Melo Tintas e Revestimentos – ME	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Embargos à Execução	0006156-39.2017.8.16.0017	7ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli	Vinicolor Indústria e Comércio de Tintas, Textura e Grafiato Ltda
Cumprimento de Sentença	0001415-51.2017.8.16.0050	7ª Vara Cível Juizado Especial Cível de Bandeirantes	Bandeirantes/PR	Raphael Piceli Moretti	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação de Exibição de Documentos c/c Revisão de Contrato	0008459-26.2017.8.16.0017	1ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli	Banco Itaú Unibanco S.A

Das Ações em Andamento

Foram realizadas consultas no sistema Projudi-PR, TRT da 9ª Região e Eproc da Justiça Federal da 4ª Região, nos quais foram encontrados inúmeros processos preponderantemente em desfavor da Massa Falida.

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU
Execução de Título Extrajudicial	0009531-48.2017.8.16.0017	4ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Eletroluz Materiais Elétricos Ltda	Álvaro Pereira da Silva; CCP Engenharia de Obras; Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli; e Vasco Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares
Execução de Título Extrajudicial	0009135-71.2017.8.16.0017	3ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Cooper Card Administradora de Cartões Ltda	Álvaro Pereira da Silva; CCP Engenharia de Obras; Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli; e Vasco Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares
Execução de Título Extrajudicial	0009583-44.2017.8.16.0017	3ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	S P Green Comércio de Plantas Ltda – ME	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação de Exibição de Documentos c/c Revisional de Contrato	0011483-62.2017.8.16.0017	3ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli	Banco Santander (Brasil) S.A
Execução de Título Extrajudicial	0018474-51.2017.8.16.0018	2º Juizado Especial Cível de Maringá	Maringá/PR	Lucélia Antunes Reis Duarte	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação de Cobrança	0011772-92.2017.8.16.0017	6ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Sérgio Sato & Cia Ltda – EPP	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0011870-77.2017.8.16.0017	4ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Sérgio Sato & Cia Ltda – EPP	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0012176-46.2017.8.16.0017	4ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Banco Santander (Brasil) S.A	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação Monitória	0013002-72.2017.8.16.0017	1ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Incopol – Indústria e Comércio de Portas Alto Paraná Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0002475-46.2017.8.16.0119	Vara Cível de Nova Esperança	Nova Esperança/PR	Antônio Dalto; Cláudia Poppi Fabril; Eugênio Carlos Pedrone; Izalina Poppi Dalto; Nilton Sérgio Fabril; Sérgio Luiz Montanher; Sidney Fabril; Sílvia Regina Fabril; Solange Aparecida Fabril; e Sônia Gauna	CCP Engenharia de Obras; Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli; e Vasco Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares
Cumprimento de Sentença	0013811-62.2017.8.16.0017	7ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Comercial de Ferragens Cofebral Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0014689-84.2017.8.16.0017	5ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Pedreira Ingá Indústria e Comércio Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0014754-79.2017.8.16.0017	6ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Banco Volkswagen S.A	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Cumprimento de Sentença	0015530-79.2017.8.16.0017	1ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Pedreira Ingá Indústria e Comércio Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli

Das Ações em Andamento

Foram realizadas consultas no sistema Projudi-PR, TRT da 9ª Região e Eproc da Justiça Federal da 4ª Região, nos quais foram encontrados inúmeros processos preponderantemente em desfavor da Massa Falida.

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU
Cumprimento de Sentença	0002902-56.2017.8.16.0050	Juizado Especial Cível de Bandeirantes	Bandeirantes/PR	Roseval José de Almeida – ME	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação Monitória	0021113-45.2017.8.16.0017	6ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Banco do Brasil S.A	Álvaro Pereira da Silva; Luis Fernando Silva Bragança; Mara Consuelo de Freitas Bragança; Maria de Fátima Bragança da Silva; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação Monitória	0022918-33.2017.8.16.0017	5ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Banco do Brasil S.A	Álvaro Pereira da Silva; Luis Fernando Silva Bragança; Mara Consuelo de Freitas Bragança; Maria de Fátima Bragança da Silva; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0023672-72.2017.8.16.0017	1ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Alumasa Indústria de Plástico e Alumínio Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Cumprimento de Sentença	0024094-47.2017.8.16.0017	6ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Irmãos Marconi e Cia Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação Monitória	0025860-38.2017.8.16.0017	6ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Banco do Brasil S.A	Álvaro Pereira da Silva; Luis Fernando Silva Bragança; Mara Consuelo de Freitas Bragança; Maria de Fátima Bragança da Silva; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0026290-87.2017.8.16.0017	4ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Banco Bradesco S.A	Álvaro Pereira da Silva e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Carta Precatória Cível	0004823-50.2017.8.16.0050	2ª Vara de Competência Delegada de Bandeirantes	Bandeirantes/PR	Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN)	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação Monitória	0027892-16.2017.8.16.0017	1ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	After Industrial Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0029219-93.2017.8.16.0017	3ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá – Sicoob Metropolitano	Álvaro Pereira da Silva; Maria de Fátima Bragança da Silva; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0029220-78.2017.8.16.0017	2ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá – Sicoob Metropolitano	Álvaro Pereira da Silva; Luis Fernando Silva Bragança; Maria de Fátima Bragança da Silva; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0002388-71.2018.8.16.0017	4ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Corr Plastik Industrial Ltda	Álvaro Pereira da Silva; A Pereira da Silva Serviços ME; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli

Das Ações em Andamento

Foram realizadas consultas no sistema Projudi-PR, TRT da 9ª Região e Eproc da Justiça Federal da 4ª Região, nos quais foram encontrados inúmeros processos preponderantemente em desfavor da Massa Falida.

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU
Execução de Título Extrajudicial	0003131-81.2018.8.16.0017	7ª Vara Cível de Maringá	Bandeirantes/PR	Companhia de Cimento Itambé	Álvaro Pereira da Silva; Maria de Fátima Bragança da Silva; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Cumprimento de Sentença	0003768-32.2018.8.16.0017	6ª Vara Cível de Maringá	Bandeirantes/PR	Banco do Brasil S.A	Álvaro Pereira da Silva; Luis Fernando Silva Bragança; Mara Consuelo de Freitas Bragança; Maria de Fátima Bragança da Silva; e Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0004448-17.2018.8.16.0017	4ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá – Sicoob Metropolitano	CCP Engenharia de Obras; José Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares; Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli; e Vasco Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares
Ação de Cobrança	0001154-93.2018.8.16.0101	Juizado Especial Cível de Jandaia do Sul	Jandaia do Sul/PR	José Carlos dos Reis	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Embargos à Execução	0029003-98.2018.8.16.0017	5ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli	Pedreira Ingá Indústria e Comércio Ltda
Carta Precatória Cível	0000693-46.2019.8.16.0050	Juizado Especial Cível de Bandeirantes	Bandeirantes/PR	Tanques Alvorada Ltda – ME	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Carta Precatória Cível	0000877-86.2019.8.16.0119	Vara Cível de Nova Esperança	Nova Esperança/PR	Sérgio Sato & Cia Ltda – EPP	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Cumprimento de Sentença	0008349-53.2019.8.16.0018	2º Juizado Especial Cível de Maringá	Maringá/PR	Adilson Arantes e Cia Ltda – ME	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Execução de Título Extrajudicial	0017404-28.2019.8.16.0018	1º Juizado Especial Cível de Maringá	Maringá/PR	Perfiart Indústria e Comércio de Artefatos em Aço Inoxidável	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação de Revisão Contratual	0025353-09.2019.8.16.0017	2ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá – Sicoob Metropolitano
Execução Fiscal	0005837-98.2019.8.16.0050	2ª Vara da Fazenda Pública de Bandeirantes	Bandeirantes/PR	SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto – Bandeirantes/PR	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Carta Precatória Cível	0000509-43.2020.8.16.0119	Vara Cível de Nova Esperança	Nova Esperança/PR	Terraplanagem Tatu Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Carta Precatória Cível	0004478-78.2020.8.16.0018	4º Juizado Especial Cível de Maringá	Maringá/PR	Roseval José de Almeida – ME	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Carta Precatória Cível	0000996-13.2020.8.16.0119	Vara Cível de Nova Esperança	Nova Esperança/PR	Terraplanagem Tatu Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli
Ação Monitória	0008879-26.2020.8.16.0017	3ª Vara Cível de Maringá	Maringá/PR	Cola Bem Indústria de Argamassas e Rejuntas de Maringá Ltda	Provectum Engenharia e Empreendimentos Eireli

Das Ações em Andamento

Foram realizadas consultas no sistema Projudi-PR, TRT da 9ª Região e Eproc da Justiça Federal da 4ª Região, nos quais foram encontrados inúmeros processos preponderantemente em desfavor da Massa Falida.

Ainda, encontram-se anexo Certidão de Feitos Ajuizados Trabalhistas, bem como ações em trâmite perante a Justiça Federal da 4ª Região.

Cumpre-se informar que tal relação teve como base consultas realizadas junto aos sistemas Projudi, Eproc e Pje, nos quais constam apenas registrados os referidos processos eletrônicos e que tramitam no estado do Paraná, portanto, considere-se que ainda podem existir processos desconhecidos por este Juízo.

9. DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

- 9.1 DOS INDÍCIOS DE FRAUDE
- 9.2 DA ANÁLISE DE INDÍCIOS / REQUISITOS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL
- 9.3 DA ANÁLISE DE INDÍCIOS / REQUISITOS DE GRUPO ECONÔMICO
- 9.4 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SÓCIOS
- 9.5 DA RESPONSABILIDADE PENAL DOS SÓCIOS



Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Até o presente momento não foram localizados indícios de sucessão empresarial, bem como de fraude a credores, ressalvando que tais ponderações poderão ser novamente analisadas caso sobrevenham novas informações.

9.1 DOS INDÍCIOS DE FRAUDE

Para caracterização da fraude a credores, é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, *eventus damni* e o *consilium fraudis*, no entanto, esta Administradora Judicial não dispõe de informações que possibilitem a conclusão de fraude contra credores no presente momento, ressalvando que tais ponderações poderão ser novamente analisadas caso sobrevenham novas informações.

9.2 DA ANÁLISE DE INDÍCIOS / REQUISITOS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL

Compulsando os autos, até o presente momento não se evidencia a prática de sucessão empresarial.

9.3 DA ANÁLISE DE INDÍCIOS / REQUISITOS DE GRUPO ECONÔMICO

Em análise à diversas demandas trabalhistas, restou evidenciado que em inúmeras oportunidades fora declarado Grupo Econômico entre a **Massa Falida** e as seguintes empresas:

- 1 – Provectum Construções Cíveis EIRELI (CNPJ nº 10.857.049/0001-19);
- 2 – Provectum Concreto e Argamassa LTDA (CNPJ nº 15.101.649/0001-76);
- 3 – CCP Engenharia de Obras EIRELI (CNPJ nº 06.995.854/0001-31);
- 4 – CCP Construções Cíveis Ltda (CNPJ nº 79.062.204/0001-07).

Neste diapasão, de acordo com a jurisprudência pátria majoritária, para a caracterização de grupo econômico, faz-se imprescindível o preenchimento de alguns requisitos, quais sejam, **idêntica atividade comercial, instalação no mesmo local, sociedade constituída por membros da mesma família, confusão patrimonial e comercial**, dentre outros aspectos, como é possível evidenciar no acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná, *in verbis*:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Falência. Extensão dos efeitos à empresa com idêntica atividade comercial, instalada no mesmo local. Sociedades constituídas por integrantes da mesma família e que se utilizam da mesma matéria prima. Confusão patrimonial demonstrada. Caracterização de grupo econômico. Decisão mantida. Negado provimento ao recurso.¹

Em razão do exposto, passa-se a averiguação pormenorizada de cada um dos requisitos caracterizadores.

9.3.1 ATIVIDADE COMERCIAL

Quanto a atividade comercial exercida por todas as empresas, verifica-se que o possível grupo empresarial, atua no segmento de construção civil, tendo como atividade econômica funções complementares, quais sejam, arquitetura, engenharia, construção civil, concretaria, conforme excertos dos contratos sociais e comprovante de inscrição cadastral infra, ora anexos – obtidos junto à processos em que as empresas são partes.

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Civis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Civis Ltda.

CONTRATO DE TRANSFORMAÇÃO EM EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI
CNPJ nº. 79.111.753/0001-24
NIRE nº. 41200736101

EMPREENDIMENTOS - EIRELI, com sede na Rua Uruguai, nº. 716, Jardim Alvorada, CEP 87033-270, Maringá, Paraná, com inscrição no CNPJ sob nº 79.111.753/0001-24, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional.

CLAUSULA QUINTA - DO OBJETO SOCIAL:

O objetivo social da empresa será de: indústria da construção civil, terraplanagem, pavimentação, locação de equipamentos, saneamento, incorporação, projetos e planejamento na área de engenharia civil.

Fonte: Contrato Social da empresa Provectum Engenharia e Empreendimentos EIRELI, extraído do processo nº 0025353-09.2019.8.16.0017, mov. 1.3

PROVCTUM CONSTRUÇÕES CIVIS – EIRELI – EPP
CNPJ Nº: 10.857.049/0001-19
NIRE Nº: 41600464672
PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

- 4120-4/00 – Construção de edifícios;
- 4313-4/00 – Obras de terraplenagem;
- 4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
- 4299-5/99 – Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente;
- 7711-0/00 – Locação de automóveis sem condutor;
- 7719-5/99 – Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor;

Fonte: Contrato Social da empresa Provectum Construções Civis – EIRELI EPP, extraído do processo nº 0008461-93.2017.8.16.0017, mov. 1.4

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Cíveis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Cíveis Ltda.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de: **"PROVECTUM CONCRETO E ARGAMASSA LTDA"**, com sede e foro na cidade de Maringá, Paraná, na Rua Mato Grosso, nº. 1227, Sobreloja, Jardim Alvorada, CEP 87033-110.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social fabricação de massa de concreto, argamassa e serviços de concretagem de estruturas na construção civil.

Fonte: Contrato Social da empresa **Provectum Construções Cíveis – EIRELI EPP**, extraído do processo nº 0000871-78.2013.8.16.0155, mov. 1.3

CLAUSULA QUINTA - DO OBJETO SOCIAL:

O objetivo social é de construção civil, terraplenagem, pavimentações, drenagem, saneamento, obras de arte em geral e locação de máquinas e equipamentos, consultoria e análise de projetos. Dos CNAE's:

- 41.20-4-00 - Construção de edifícios;
- 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas;

Fonte: Contrato Social da empresa **CCP Engenharia de Obras Ltda**, extraído do processo nº 0014538-84.2018.8.16.0017, mov. 1.5

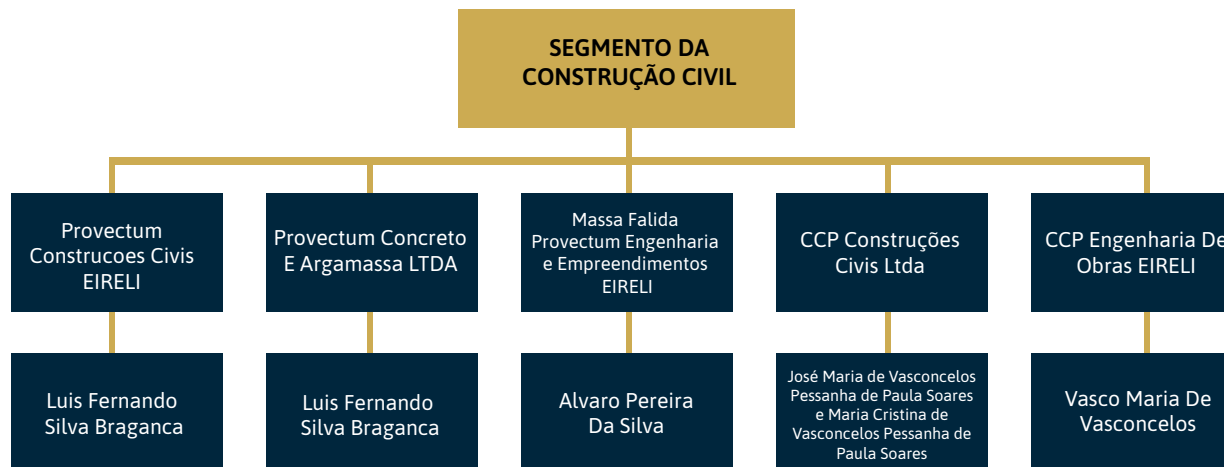
NUMERO DE INSCRIÇÃO 79.062.204/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/11/1985
NOME EMPRESARIAL CCP CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		

Fonte: Comprovante de Inscrição Cadastral junto ao site da Receita Federal

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Civis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Civis Ltda.

Ainda, conforme reportagem dada ao site “Cimento Itambé”², os Srs. Álvaro e José Maria concederam uma entrevista, novamente reunidos, em que narram que ambas empresas (Provectum e CCP) visam a atuação exclusiva em empreendimentos de projetos “Minha Casa Minha Vida”. Tais indícios culminam na conclusão de que as empresas atuavam em conjunto, somando esforços para alcançarem objetivos em comum. A fim de elucidar a explanação, segue infra organograma ilustrativo, em que contém as pessoas que atualmente figuram como titulares das empresas:



²<https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzena/construtoras-trocam-lucro-por-pontualidade-do-mcmv/>

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Cíveis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Cíveis Ltda.

9.3.2 ENDEREÇO / LOCAL DE INSTALAÇÃO

No que tange ao endereço da sede de cada uma das empresas, a massa falida e as demais empresas denominadas “PROVTECTUM” possuíam como sede o mesmo endereço, qual seja Rua Mato Grosso, nº 1227, Jardim Alvorada, CEP 87033-110, na cidade de Maringá/PR OU Rua Uruguai, nº 716, Jardim Alvorada, CEP 87030-270, na cidade de Maringá/PR, que correspondem ao mesmo local, eis que se trata de imóvel localizado em uma esquina, conforme se pode constar pelas imagens tiradas por esta Administradora Judicial infra:



Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Cíveis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Cíveis Ltda.

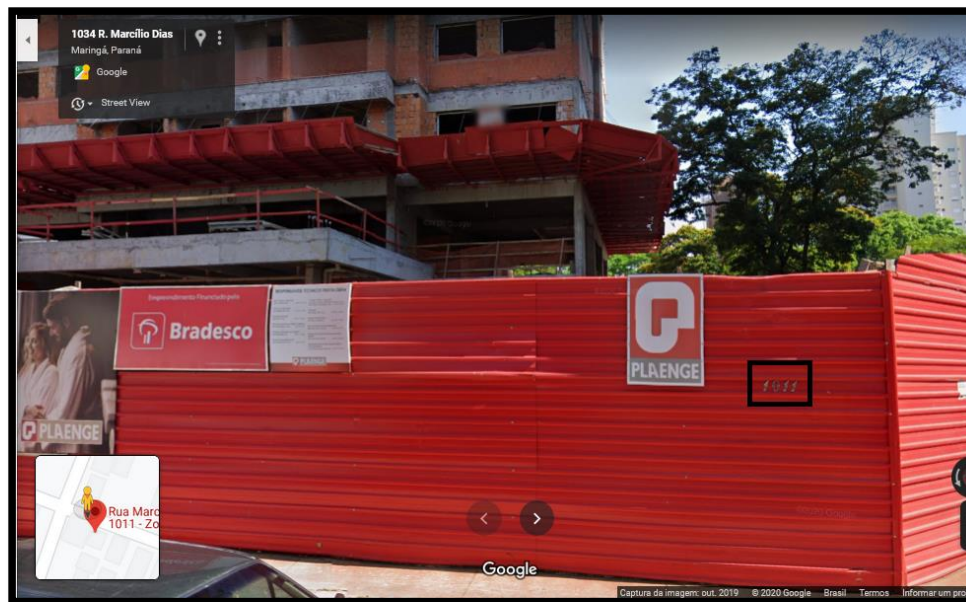


Ademais, quanto as empresas denominadas “CCP”, todas suas respectivas sedes se situavam à **Rua Marcílio Dias, nº 1011 ou 1031, Zona 03, CEP 87050-120, Maringá/PR.**

No entanto, esta Administradora Judicial buscou presencialmente a localização da Rua Marcílio Dias, **nº 1031**, oportunidade em que não a encontrou, localizando tão somente a numeração 1011, conforme infra:

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Cíveis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Cíveis Ltda.



De frente ao narrado, conclui-se que as empresas denominadas PROVECTUM possuíam todas como endereço o imóvel localizado na Rua Mato Grosso, nº 1227, Jardim Alvorada, CEP 87033-110, na cidade de Maringá/PR ou Rua Uruguai, nº 716, Jardim Alvorada, CEP 87030-270, já as empresas CCP a Rua Marcílio Dias, nº 1011, Zona 03, CEP 87050-120, Maringá/PR.

9.3.3 CONFUSÃO PATRIMONIAL E COMERCIAL

Concernente à **confusão comercial** havida entre as empresas supramencionadas, a priori a utilização no mesmo nome empresarial, qual seja, “Provectum” havendo alteração apenas quanto a atividade exercida, aliado aos fatos já mencionados, acarreta na confusão comercial das mesmas, eis que **levam o mesmo nome e o mesmo endereço de sede**, não havendo como se diferenciar pelos consumidores uma empresa de outra.

Aliado a identidade de endereço, o nome fantasia das 3 (três) empresas, bem como ao nome da fachada da massa falida, era o nome “PROVECTUM”, ressaltando que o mesmo imóvel era utilizado como sede por todas elas.

Ainda, em sintonia com tal indício de confusão comercial pela identidade de nome das empresas, em análise à Reclamatória Trabalhista nº 0000183-41.2017.5.09.0020, em trâmite na 1ª Vara do Trabalho de Maringá/PR, esta Administradora Judicial localizou uma “Autorização” reconhecida em cartório pelas partes, em que o próprio sócio da massa falida, Sr. Álvaro, concede ao Sr. Luis Fernando Silva Bragança autorização para que o mesmo utilize do nome empresarial “PROVECTUM” em sua empresa em constituição na época, Provectum Concreto e Argamassa Ltda, ou seja, irrefutável que a intenção dos mesmos era de constituição de um grupo econômico, conforme documento anexo.

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Cíveis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Cíveis Ltda.

Outrossim, esta Administradora Judicial localizou diversos indícios de existência de confusão patrimonial entre as empresas do possível grupo econômico. Em análise às demandas judiciais em que as empresas são partes, bem como, a existência de inúmeros contratos bancários em que uma empresa atua como **garantidora** de contrato celebrado por outra, como por exemplo a Cédula de Crédito Bancário – ora anexado – celebrado pela empresa CCP Engenharia junto à Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Maringá – Sicoob Metropolitano, em que a massa falida atua como **interveniente garantidora**:

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO 67.567-1, EM NOME DE CCP ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, EMITIDA EM 04/12/2014, PELO VALOR DE R\$ 457.026,76, COM VENCIMENTO EM 30/11/2015 fl. 1/5

=====

Aditivo nº 95.937-1

PREÂMBULO – DEVEDORA – CCP ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.995.654/0001-31 e Inscrição Estadual nº 90319938-54, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1.031, Zona 03, na cidade de Maringá, no estado do Paraná, neste ato representada pelo Sócio Administrador **VASCO MARIA DE VASCONCELOS PESSANHA DE PAULA SOARES**, português, empresário, separado, inscrito no CPF/MF sob o nº 566.546.189-04 e portador do documento de identidade RG nº 5.513.744-7 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Pioneiro Benjamin Fernandes Dias, nº 95, Casa, Jardim Iguaçu, na cidade de Maringá, no estado do Paraná.

AVALISTAS – VASCO MARIA DE VASCONCELOS PESSANHA DE PAULA SOARES, português, empresário, separado, inscrito no CPF/MF sob o nº 566.546.189-04 e portador do documento de identidade RG nº 5.513.744-7 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Pioneiro Benjamin Fernandes Dias, nº 95, Casa, Jardim Iguaçu, na cidade de Maringá, no estado do Paraná e **JOSE MARIA DE VASCONCELOS PESSANHA DE PAULA SOARES**, português, administrador, separado, inscrito no CPF/MF sob o nº 331.073.279-72 e portador do documento de identidade RG nº 5.908.294-9, residente e domiciliado na Rua Monte Carlo, nº 385, Jardim Novo Horizonte, na cidade de Maringá, estado do Paraná.

INTERVENIENTES GARANTIDORES – PROVECTUM ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.111.753/0001-24 e Inscrição Estadual nº 70101267-40, com sede na Rua Uruguai, nº 716, Jardim Alvorada, na cidade de Maringá, no estado do Paraná, neste ato representada pelos Sócios Administradores **ALVARO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 184.834.109-15 e portador do documento de identidade RG nº 716.821-7 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, nº 1.227, Jardim Alvorada, na cidade de Maringá, estado do Paraná e **LUIS FERNANDO SILVA BRAGANÇA**, brasileiro, empresário, divorciado, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.671.389-39 e portador do documento de identidade RG nº 6.600.810-0 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Distrito Federal, nº 60, Apartamento 801, Chácara Paulista, na cidade de Maringá, no estado do Paraná.

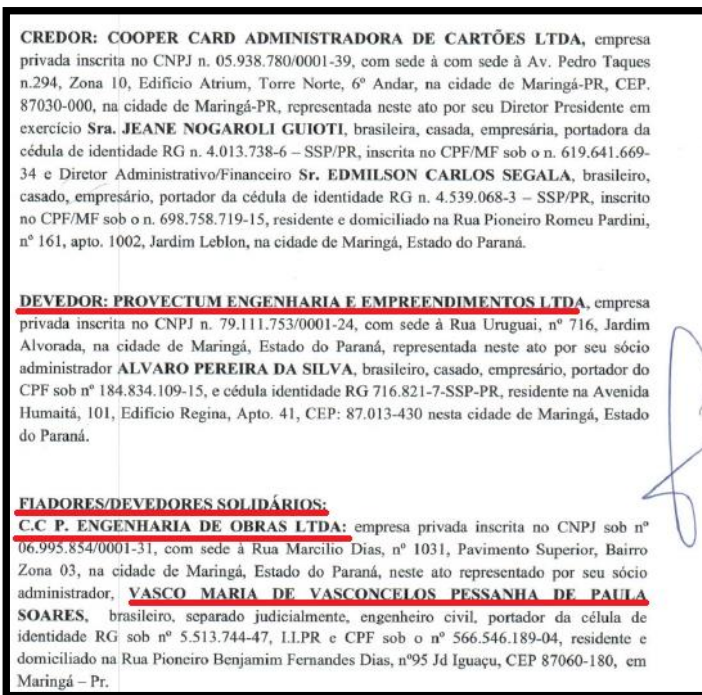
CREDORES – COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE MARINGÁ – SICOOB METROPOLITANO, abaixo assinados:

Fonte: Cédula de Crédito Bancário, extraído do processo nº 0004448-17.2018.8.16.0017, mov. 1.10

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Civis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Civis Ltda.

No mesmo sentido, em Instrumento de Confissão de Dívida – ora anexado – **celebrado entre a massa Falida** e a empresa Cooper Card Administradora de Cartões Ltda, referente a contrato de prestação de serviços: vale alimentação, a empresa **CCP atua como devedora solidária/fiadora**, conforme infra:



Fonte: Instrumento Particular de Contrato de Confissão de Dívida, extraído do processo nº 0009135-71.2017.8.16.0017, mov. 1.7

Não obstante, cumpre mencionar ainda que diversos documentos acostados nos processos trabalhistas evidenciam que a Falida e a empresa CCP Engenharia presumivelmente não possuíam independência econômica, possuindo somente jurídica, isto é, ao que tudo indica utilizavam CNPJ's distintos, mas passivos e ativos contabilizados em unicidade, dado que até mesmo os colaboradores de uma empresa prestavam serviços para outra, e vice-versa.

Tal fato pode ser atestado nos autos de Reclamatória Trabalhista nº 0000815-64.2017.5.09.0021, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Maringá-PR, em que o **Sr. Jaci Ramos Correa Gonçalves tinha seu contrato de trabalho celebrado pela empresa CCP Engenharia, no entanto recebia complemento salarial da massa falida** – conforme documentos infra. Desta feita, com o pagamento de um funcionário pela massa falida, se presume que tal operação conste em sua contabilidade, consistindo em tal fato, mais um robusto indício de confusão patrimonial.

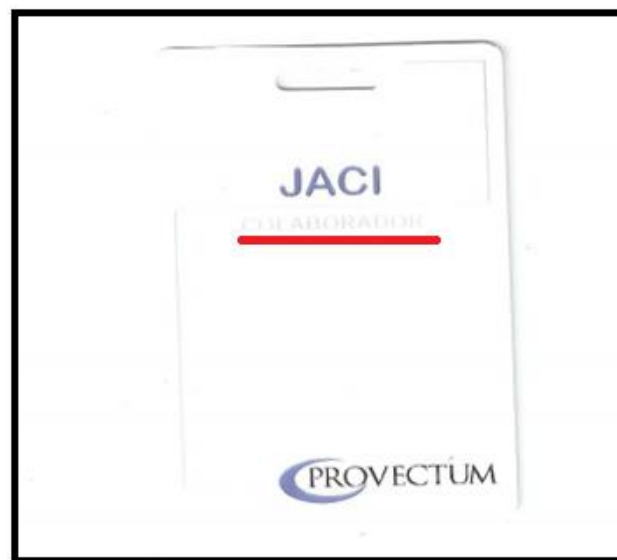
Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Cíveis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Cíveis Ltda.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DO TRABALHO									
IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR									
01 CNPJ/CEI 06.995.854/0001-31		02 Razão Social/Nome CCP ENGENHARIA DE OBRAS EIRELI- EPP							
03 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento) RUA MARCILIO DIAS 1031		04 Bairro ZONA 03							
05 Município MARINGÁ		06 UF PR		07 CEP 87050-120		08 CNAE 4120400		09 CNPJ/CEI Tomada de Recibo CNPJ 06.995.854/0001-31	
IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR									
10 PIS/PASEP 125.50416.24.6		11 Nome JACI RAMOS CORREA GONCALVES							
12 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento) RUA PNO JOSE FRETZEN 00212		13 Bairro BERTIOGA							
14 Município MARINGÁ		15 UF PR		16 CEP 87055-150		17 CTPS (nº, série, UF) 00018011 / 046 / PR		18 CPF 029.721.979-09	
19 Data de Nascimento 14/09/1979		20 Nome da Mãe CLARISSE RAMOS CORREA							
DADOS DO CONTRATO									
21-Tipo de Contrato 1 Contrato de trabalho por prazo indeterminado									
22-Causa do Afastamento SJ2 Despedida sem justa causa, pelo empregador									
23 Remuneração Mes Ant R\$ 1.815,00		24 Data de Admissão 23/11/2011		25 Data do Aviso Prévio 01/12/2016		26 Data do Afastamento 15/01/2017		27 Cod. Afastamento 01	
28 Pensão Alim. (R\$) TRCT 129 Pensão Alim. (R\$) ENTS		30 Causa do Afastamento							

PROVECTUM		RECIBO
		R\$ 650,00
RECEBI(EMOS) DE	PROVECTUM ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	
ENDEREÇO	RUA URUGUAI, 716 - JD ALVORADA - MARINGÁ-PR	
A IMPORTÂNCIA DE	Seiscentos e Cinquenta Reais	
REFERENTE A	COMPLEMENTO SALARIAL 10/2016	
NOME EMITENTE	JACI RAMOS CORREIA GONÇALVES	
CPF/CNPJ/RG/IE	029.721.979-09	
<p>MARINGÁ, 08 DE AGOSTO DE 2016</p> <p><i>Jaci Ramos</i> JACI RAMOS CORREIA GONÇALVES</p>		

Outrossim, para instruir seus pedidos formulados na exordial e comprovar que de atuava de fato nas dependências da massa falida, colacionou nos autos trabalhista seu cartão de “Colaborador” da mesma:



Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Civis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Civis Ltda.

Nada obstante, mais um indício de confusão patrimonial havida entre as empresas, é identificado através do loteamento denominado “Residencial Sergio Fabril”, o qual fora concedido pela Prefeitura de Florai/PR a aprovação de subdivisão do solo matriculado sob o nº 25.906 do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Esperança/PR, de propriedade da massa falida e CCP Engenharia, para fins de construção de loteamento, as quais referidas empresas eram as responsáveis e atuavam mais uma vez em conjunto para promoverem a construção do mesmo, conforme decreto municipal nº 42/2016 – anexado.

Em corroboração com os indícios localizados, mais um fato ensejador de confusão patrimonial, verifica-se pela constituição da empresa IBY – Investimento em Ativos Ltda, inscrita no CNPJ nº 26.791.482/0001-39, em que Massa Falida e a CCP Engenharia compõem seu quadro societário, que por sua vez possui como objeto social “Investimento em Bens Móveis e Imóveis, Empreendimentos Comerciais, e Indústria e Ativos Financeiros”. Tal empresa possui como capital social integralizado centenas de matrículas de imóveis, que compõe o Loteamento Residencial Sérgio Fabril, imóveis estes que pertencem a ambas as empresas. Importante salientar que tais matrículas, embora indicadas como integralizadas no contrato social – ora anexado –, de acordo com cópia das matrículas dos imóveis localizados na Reclamatória Trabalhista nº 0000929-06.2017.5.09.0020, em trâmite perante a 5ª Vara do Trabalho de Maringá/PR, não ocorreu a transferência da propriedade dos mesmos para a empresa IBY, permanecendo todos em nome da massa falida e da CCP Engenharia.

Não obstante, quanto a documentos contábeis das empresas em apreço, sobretudo da empresa falida, impende mencionar que esta Administradora Judicial conseguiu acesso somente a uma Demonstração de Resultado do Exercício do ano calendário de 2016, obtido nos autos nº 0012176-46.2017.8.16.0017, mov. 200, razão pela qual restou prejudicada a análise da contabilidade das mesmas para que fosse constatado indícios de provas contábeis de tal grupo econômico.

9.3.4 IDENTIDADE DE SÓCIOS

Em análise à contratos sociais e algumas alterações, obtidos juntos à diversas reclamações trabalhistas em que as empresas supramencionadas figuram como partes, esta Administradora Judicial identificou que todas as empresas são geridas e possuem ou já possuíram em algum momento do desenvolvimento de suas atividades, os Srs. Álvaro da Silva Pereira, Luiz Fernando da Silva Bragança e José Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares, pessoas estas que ao que tudo indica, são os gestores do grupo econômico.

Limitado as informações e documentação incompleta obtida em outras demandas judiciais, desde já esta Administradora Judicial constatou que as empresas em pauta já possuíram em seus respectivos quadros societários as seguintes pessoas:

- Massa Falida de Provectum Engenharia e Empreendimentos EIRELI: **Álvaro da Silva Pereira**, Fabíola Bragança da Silva, **Luiz Fernando da Silva Bragança**;
- Provectum Construções Civis EIRELI EPP: **Luiz Fernando da Silva Bragança**;
- Provectum Concreto e Argamassa Ltda ME: **Luiz Fernando da Silva Bragança**, Antonio Moacir de Freitas, Alexandre Coelho, Israel de Brito;
- CCP Engenharia de Obras Ltda: **José Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares**, Vasco Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares, Pedro Barbosa Paula Soares (representado por seu genitor Vasco Maria);
- CCP Construções Civis Ltda: Adolfo Cochia Junior, **José Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares**, Vasco Maria de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares, Maria Clara de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares, Maria Cristina de Vasconcelos Pessanha de Paula Soares

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Civis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Civis Ltda.

Frente a exposição supra, denota-se que os sócios das empresas CCP detém parentesco, já quanto as empresas Provectum, o sócio em comum é o Sr. Luis Fernando da Silva Bragança, sendo que seu sócio à época, Sr. Álvaro da Silva Pereira, ao que tudo indica, possui parceira financeira com o Sr. José Maria, sócio das CCP.

Assim sendo, verifica-se a existência de dois grupos basilares, um composto pelas empresas PROVECTUM e outra pelas empresas CCP, que por meio da parceria entre o Sr. Álvaro e Sr. José Maria compuseram um único grupo econômico, atuando em conjunto, na busca por interesses análogos.

Conforme reportagem do site Maringá Post³, os Srs. Álvaro e José Maria foram envolvidos novamente juntos em acusações de desvio de materiais do Sinduscon, sindicato este em que ambos atuavam na direção, materiais estes que seriam destinados ao patrocínio do Prêmio Sinduscon 2016.

Neste interim, com base em todo o exposto, deduz-se que as empresa supracitadas eram administradas e detinham como seus representantes ao mercado de consumo, os Srs. Álvaro da Silva representando a empresa Provectum, e o Sr. José Maria representando a empresa CCP, que por sua vez, sempre atuavam em conjunto em diversos empreendimentos, na busca por objetivos comuns.

9.4 DA ABERTURA DE INCIDENTE PROCESSUAL

Frente a todo exposto, esta Administradora Judicial entende ser necessário a abertura de Incidente Processual para apuração dos indícios e fatos aqui delineados que culminam na caracterização de grupo econômico, diante da complexidade e volume de empresas que possivelmente compõe tal grupo, bem como para impedir tumulto nos presentes autos, momento no qual será realizado a produção de provas, com a oitiva de testemunhas, depoimentos dos sócios atuais e retirantes de todas as empresas supracitadas, juntada dos contratos sociais e suas alterações, apresentação de documentos contábeis, e demais provas que se entenderem necessárias, proporcionando assim ampla defesa à todas as partes, ressaltando que caso constatado a existência de grupo econômico entre eles, deverão os efeitos da falência serem estendidos a todas as empresas, que por sua vez, comporão o polo passivo da presente demanda falimentar.

9.5 DA TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR – INDISPONIBILIDADE DE BENS

Diante dos fatos narrados, bem como, das centenas de demandas judiciais movidas em face de todas as empresas citadas alhures, o risco de expropriação de todos os bens pertencentes as mesmas é clarividente, inclusive tal situação já foi noticiado por esta Administradora Judicial ao petição de mov. 263, oportunidade em que houve a venda direta de alguns dos imóveis de propriedade da massa falida e da empresa CCP. Por esta razão faz-se imprescindível a determinação de indisponibilidade de bens de todas as empresas indicadas bem como determinação de suspensão de todos os atos expropriatórios em face das mesmas, ou a disposição de seus bens pelos sócios, até que sobrevenha decisão acerca da existência ou não de grupo econômico entre elas.

Neste interim, a concessão da tutela em apreço faz-se necessária a análise prévia dos requisitos imprescindíveis para a concessão da tutela provisória de urgência cautelar, conforme previsão do artigo 300 do CPC, *in verbis*:

“A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. (Grifos acrescidos)

A probabilidade de direito está configurada por todos os indícios de grupo econômico entre as empresas

³<https://maringapost.com.br/poder/2017/11/29/desfalque-milionario-no-sinduscon-vira-caso-de-policia-e-ex-executivo-acusa-diretores-de-carcere-privado-e-desvios-de-materiais/>

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Civis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Civis Ltda.

denominadas PROVECTUM e CCP, quais sejam, garantia cruzada, identidade de endereços, confusão patrimonial, funcionários registrados em uma empresa, mas desenvolvendo seus trabalhos em outra empresa, dentre outros, fatos estes narrados pormenorizadamente nos tópicos alhures.

Quanto ao risco ao resultado útil do processo ou periculum in mora este se dá com o esvaziamento do patrimônio pela expropriação realizada em demandas judiciais em que as empresas figuram no polo passivo, que poderiam compor o ativo da presente falência, onde são observados os princípios regentes da Lei 11.101/2005, dentre os quais se destaca o *par conditio creditorum*, o qual será diretamente desrespeitado, tendo a satisfação de forma desigual dos créditos por poucos credores.

Tal fato se comprova pela certidão de feitos trabalhistas ajuizados em face de cada uma das empresas mencionadas, conforme anexos, sendo que na grande maioria destes processos em face de execução/cumprimento de sentença, os quais estão atingindo, inclusive, imóveis de propriedade da massa falida, como por exemplo a Reclamatória Trabalhista nº 0000492-77.2018.5.09.0133, em trâmite perante a 2ª Vara do Trabalho de Apucarana/PR, o qual inclusive, esta Administradora Judicial está manejando recurso de Agravo de Petição na pretensão de resguardar ao menos o produto da venda de imóveis da massa falida, na medida de sua quota parte pertencente.

Quanto a possibilidade da medida em análise, extrai-se da jurisprudência que é possível sua concessão, *inaudita altera pars*, condicionada ao preenchimento dos requisitos da tutela de urgência, nos termos do entendimento infra colacionado:

Agravo de instrumento. Extensão dos efeitos da falência. Tutela de urgência. Inteligência do art. 300, CPC. Cabimento. Indícios de fraude contra credores e confusão patrimonial. Agravantes que nem mesmo de insurgem contra os fatos que lhe são imputados, buscando apenas limitar o alcance da ordem de bloqueio de seus bens e ativos. Considerações a respeito do instituto da desconsideração da personalidade jurídica que, no caso “sub judice”, atinge também as pessoas físicas dos sócios. Requisitos preenchidos. Decisão ratificada. Recurso desprovido. 4

Ainda no que concerne a possibilidade de indisponibilidade dos bens na falência como medida de cautela, cumpre-se mencionar o entendimento do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Cascavel/PR, em que diante das evidências de fraude e grupo econômico, o Ilmo. Magistrado determinou a indisponibilidade de bens de todas as pessoas jurídicas e também físicas envolvidas, conforme segue, *in verbis*:

“Diante destas estranhíssimas coincidências, e havendo fortes indícios de grupo econômico, fraude, abuso, confusão patrimonial e sucessão empresarial irregular, determino, no intuito de evitar qualquer dissipação patrimonial, ad cautelam e inaudita altera pars a indisponibilidade dos bens de todas as pessoas jurídicas, bem como de todas as pessoas físicas de [...] que figuram ou figuraram nos quadros societários das empresas do suposto grupo econômico até que tudo seja devidamente esclarecido. 5” (Destacamos)

Nada obstante, esta Administradora Judicial localizou diversas Ações Revisionais de Contrato Bancários promovidos pela demais empresas Provectum e CCP, nas quais algumas foram julgadas procedentes e possuem créditos de grande monta em face das instituições bancárias réis, quais sejam:

• Ação Revisional nº 0011314-75.2017.8.16.0017, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Maringá/PR, proposto por Provectum Concreto e Argamassa Ltda em face de Banco do Brasil S.A., que ainda pende de julgamento. **Valor da Causa R\$ 17.573,38** (dezessete mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos);

4 (TJ-SP - AI: 20316876320208260000 SP 2031687-63.2020.8.26.0000, Relator: Pereira Calças, Data de Julgamento: 15/09/2020, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 15/09/2020)

5 TJPR - 1ª V. Cível Cascavel - Autos nº 0001429-55.1999.8.16.0021. Magistrado: Pedro Ivo Lins Moreira, disponibilizado em: 28/06/2017.

Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios

Com base nas informações obtidas nos processos em que a Massa Falida figura como parte, foram encontrados fortes indícios da existência de grupo econômico com as empresas Provectum Construções Cívis EIRELI, Provectum Concreto e Argamassa LTDA, CCP Engenharia de Obras EIRELI e CCP Construções Cívis Ltda.

- Ação Revisional nº 0011317-30.2017.8.16.0017, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de Maringá/PR, proposto por Provectum Construções Cívis EIRELI em face de Banco do Brasil S.A., **julgada procedente**, com valor de condenação ilíquida, sendo sua sentença objeto de recurso de apelação, que por sua vez ainda pende julgamento;

- Ação de Execução de Título Extrajudicial autuada sob o nº 0000871-78.2013.8.16.0155, em trâmite perante a Vara de São Jerônimo da Serra/PR, proposta por Provectum Concreto e Argamassa Ltda em face da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro, onde existe cerca de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) depositado em juízo e que pende expedição de alvará em face da Exequirente Provectum;**

Destarte, importante salientar que também fora localizado a Ação Revisional nº 0008461-93.2017.8.16.0017, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de Maringá/PR, proposta por Provectum Construções Cívis EIRELI em face de Banco Itaú Unibanco S.A., julgada procedente com depósito em conta judicial pelo Executado do valor de R\$10.973,56 (dez mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos), não se obtendo a informação se tal valor já foi sacado pela Exequirente Provectum Construções.

Assim sendo, diante do esvaziamento de patrimônio das empresas citadas, bem como das expropriações havidas em face das mesmas em inúmeros processos judiciais, requer esta Administradora Judicial **a concessão de tutela de urgência cautelar para que seja determinada a indisponibilidade dos bens, o sobrestamento de atos executórios em face das empresas Provectum Construções Cívis EIRELI (CNPJ nº 10.857.049/0001-19), Provectum Concreto e Argamassa LTDA (CNPJ nº 15.101.649/0001-76), CCP Engenharia de Obras EIRELI (CNPJ nº 06.995.854/0001-31), CCP Construções Cívis Ltda (CNPJ nº 79.062.204/0001-07), bem como seja determinado que os valores das ações indicadas acima sejam mantidos em conta judicial vinculada a seu respectivo processo, até ulterior decisão deste Juízo Universal acerca da existência de grupo econômico entre as empresas em comento**, sendo tais determinações expedidas via ofício à todos as Varas Cíveis, Trabalhistas e Federais da comarca de Maringá, Londrina, Apucarana, Bandeirantes.

Análise da Consolidação Processual e Substancial

A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, estes últimos primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis que demonstrassem indispensáveis para os exames da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.

9.6 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SÓCIOS

Em análise no que tange a possível responsabilização no âmbito civil do sócio da Falida, esta Administradora Judicial pontua que *a priori* a Massa Falida está envolvida em diversos litígios no âmbito da justiça cível e trabalhista, conforme tópico retro, entretanto, analisando as mesmas, em conjunto com as informações nos autos, não foi possível evidenciar o cometimento de condutas prejudiciais a Massa por parte de seu Administrador que ensejassem sua responsabilização pessoal pelo rito do art. 82 da LFRJ. A carência de informações dos motivos os quais levaram a sociedade empresária a bancarota, **não permitem neste momento que esta Administradora Judicial realize juízos de valores quanto a eventual má gestão da atividade, ou ainda eventual esvaziamento patrimonial da Falida em momento pré-falimentar.**

Em outras palavras, a análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, estes últimos primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis que se demonstram indispensáveis para os exames da saúde da empresa e atos praticados por seu Administrador em momento anterior a sua insolvência.

9.7 DA RESPONSABILIDADE PENAL DOS SÓCIOS

O doutrinador Paulo F. C. Salles de Toledo afirma em sua obra “Comentários à Falência” que o relatório circunstanciado de falência é considerado “uma das incumbências mais importantes do Administrador Judicial”, além disso, consigna que: “Devem ser fornecidas informações detalhadas acerca da conduta do falido, antes e depois da sentença, e de outros eventuais responsáveis por atos tipificados como crimes falimentares, ou delitos conexos a estes. A exposição do administrador servirá de base para o oferecimento de denúncia do órgão do Ministério Público. Cabe ressaltar que o relatório em foco deve apontar fatos conducentes não só à responsabilidade penal, mas também à responsabilidade civil do devedor”.

Sendo assim, adentrando a esfera penal, tendo como guia todo o escopo axiológico da Lei 11.101/2005, consoante dicção do Princípio do Rigor na punição de crimes falimentares, esta Administradora Judicial elucida que, ante a ausência de documentos e informações nos autos, não foi possível constatar indícios da prática de condutas típicas, antijurídicas e culpáveis, positivadas na referida legislação. Em outras palavras, o parecer do *Longa Manus* deste Juízo falimentar é de que não foi possível a construção de elementos que corroborem com a prática de crimes falimentares por parte da Falida no âmbito de sua atividade comercial até sua derrocada, em que pese a gama de litígios em que a massa falida está envolvida.

Por fim, esta Administradora Judicial ressalta que, nada obstante suas conclusões colacionadas no presente Relatório Circunstanciado, não existem quaisquer óbices para reanálise do caso e estruturação de novos argumentos, caso sobrevenham novas informações, documentos ou pareceres que alterem as circunstâncias.

9. CRONOGRAMA PROCESSUAL



Informações Processuais

O processo falimentar se encontra na fase de sindicância, momento o qual busca-se arrecadações de bens, apuração dos fatos que levaram à bancarrota da sociedade empresária e mensuração do passivo da Massa Falida subjetiva.

7.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL

05/04/2017	Distribuição do pedido de Falência (Art. 78 LFRJ)		Arrecadação do ativo (art. 108 LFRJ)
29/04/2020	Decisão Decretação da Falência (art. 99 LFRJ)		Realização do ativo (art. 139 LFRJ)
	Publicação do Edital de Decretação da Falência e Relação Nominal de Credores da Falida no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (Art. 99, § único, LFRJ)		Pagamento aos Credores (art. 149 LFRJ)
	Decurso de prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos credores diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)		Prestação de Contas pelo Administrador Judicial (art. 22, III, "r", LFRJ)
	Apresentação da Relação de Credores elaborada pelo AJ (art. 7º, §2º LFRJ)		Relatório de Encerramento da Falência (art. 155 LFRJ)
	Publicação de Edital de aviso da Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 7º, §2º LFRJ)		Encerramento da Falência (art. 156 LFRJ)
	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)		
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)		



Eventos ocorridos



Eventos Futuros

11. GLOSSÁRIO



Glossário

O processo falimentar se encontra na fase de sindicância, momento o qual busca-se arrecadações de bens, apuração dos fatos que levaram à bancarrota da sociedade empresária e mensuração do passivo da Massa Falida subjetiva.

AI – Agravo de Instrumento
 AJ – Administradora Judicial
 ART. – Artigo
 CCB – Cédula de Crédito Bancário
 DJE – Diário de Justiça Eletrônico
 DES – Desembargador (a)
 DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
 Dec. Lei – Decreto Lei 7.661/1945
 EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
 EPP – Empresa de Pequeno Porte
 Falida – Provectum Engenharia e Empreendimentos EIRELI
 ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
 INC. - Inciso
 LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
 LTDA – Limitada
 ME – Microempresa
 MM. – Meritíssimo
 M – Milhão
 MOV. - Movimentação
 PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
 PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
 QGC – Quadro Geral de Credores
 Rel. – Relator (a)
 Resp – Recurso Especial
 RNC – Relação Nominal de Credores
 ROA – Retorno sobre ativo total
 ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
 S. A. – Sociedade Anônima
 STJ – Superior Tribunal de Justiça
 TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
 TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
 TRF – Tribunal Regional Federal
 § - Parágrafo
 IDPJ – Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

12. ANEXOS



Anexo I FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA

Durante a realização de diligências, esta Administradora Judicial se dirigiu até o endereço da antiga sede da Falida, fotografando o exterior do estabelecimento, conforme fotos anexadas.





CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000

(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015

(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

[!\[\]\(17413706fd4997a1a4bdf85c6864eee1_img.jpg\)](#) [!\[\]\(f419710cbe076aa30a9c6c031b5cbe84_img.jpg\)](#) [!\[\]\(2726020a4107bdc9042b257034f90eb3_img.jpg\)](#) /marquesadmjudicial